

CAPÍTULO V

O NORTE DE MOÇAMBIQUE

1. — DELIMITAÇÃO, DIVISÃO ADMINISTRATIVA, ÁREA E POPULAÇÃO.

Ouve-se falar frequentemente em Norte, Centro e Sul de Moçambique. Mas não estão perfeitamente delimitadas as regiões ou zonas a que aludem estes termos.

Ninguém tem dúvidas de que o distrito de Lourenço Marques fica no Sul e o de Cabo Delgado no Norte da província. Porém, o distrito da Zambézia é por uns considerado na região central e por outros incluído no termo genérico de Norte.

Não interessa aqui discutir as razões de uns e de outros. Interessa apenas esclarecer que, à falta de uma definição oficial, ou de um conceito unânimemente aceite, nos julgamos no direito de, para efeitos desta dissertação, considerar o Norte de Moçambique como sendo a região constituída pelos distritos de Cabo Delgado, Niassa, Moçambique e Zambézia, cujas sedes são, respectivamente, em Porto Amélia, Vila Cabral, Nampula e Quelimane.

E fazemo-lo porque, não havendo motivo forte, geográfico ou outro, que contrarie este conceito, existem neste caso várias razões a seu favor, entre as quais se destaca a grande semelhança que se nota nos quatro distritos relativamente às causas da cultura algodoeira, modo como esta é praticada, sua importância e seus efeitos.

Tal como o resto da província, o Norte de Moçambique divide-se em concelhos, que se agrupam em distritos e geralmente se subdividem em postos administrativos.

QUADRO XXIX

Divisão administrativa	Área (quilómetros quadrados)	População		
		1940 (a)	1960 (b)	
		Indígena	Indígena	Civilizada
Distrito do Niassa.....	119 720	223 099	275 335	1 460
Amaramba.....	22 896	87 600	89 240	644
Maniamba.....	24 937	45 065	48 382	79
Marrupa.....	46 444	30 194	56 594	93
Vila Cabral (c).....	25 443	60 240	81 119	644
Distrito de Cabo Delgado.....	78 480	481 658	542 754	3 894
Ibo (c).....	56	3 388	4 013	353
Macomia.....	4 488	45 288	38 099	233
Macondes.....	25 468	69 904	79 262	196
Mecufi.....	4 450	71 684	95 164	221
Mocimboa da Praia (c).....	4 696	49 778	46 484	591
Montepuez (c).....	21 978	123 701	152 546	468
Palma.....	4 972	35 850	41 817	116
Porto Amélia (c).....	4 300	45 730	54 345	1 557
Quissanga.....	8 072	36 335	31 024	159
Distrito de Moçambique.....	79 780	1 208 409	1 425 840	13 416
António Enes (c).....	2 510	113 137	116 912	1 011
Erati.....	7 672	138 014	166 175	132
Imala.....	12 104	57 687	87 172	224
Malema.....	6 292	(d)	40 016	394
Meconta.....	3 204	58 796	58 048	516
Memba.....	3 184	80 980	99 198	369
Moçambique (c).....	4	7 797	10 314	2 179
Mogincual.....	4 130	88 822	76 904	232
Mogovolas.....	5 524	147 408	148 164	381
Moma.....	5 104	101 471	122 734	358
Monapo.....	3 589	(e)	108 070	616
Mossuril.....	2 692	133 699	71 969	1 065
Murrupula.....	4 800	(f)	60 137	113
Nacala.....	3 400	108 697	86 017	894
Nampula (c).....	3 970	117 556	100 328	4 449
Ribaué.....	11 600	54 345	73 682	483
Distrito da Zambézia.....	100 503	1 002 269	1 352 805	17 156
Alto Molocué.....	13 364	94 411	124 162	488
Chinde (c).....	3 336	62 235	93 840	2 032
Gurué.....	7 004	35 596	80 834	841
Ile.....	5 056	77 724	148 181	266
Lugela.....	5 702	58 208	68 601	313
Maçanja da Costa.....	8 368	153 804	125 834	536
Milange.....	7 932	40 295	120 629	318
Mocuba (c).....	6 216	113 492	73 712	1 196
Mopeia.....	9 072	49 727	46 856	166
Morrumbala.....	12 355	72 193	101 481	401
Namacurra.....	3 604	(g)	95 256	857
Namarroi.....	4 128	54 994	55 866	56
Pebane.....	12 592	56 227	69 989	362
Quelimane (c).....	1 774	133 363	147 563	9 324
Total do Norte.....	378 483	2 915 435	3 596 734	35 926

(a) A. E. M., 1945.

(b) Anuário de Moçambique (Bayly), 1962.

(c) Concelho.

(d) Pertencía à circunscrição de Ribaué.

(e) Pertencía às circunscrições de Mossuril e Nacala.

(f) Pertencía ao concelho de Nampula.

(g) Pertencía à extinta circunscrição do Boror, cuja sede era Mocuba.

BRAVO, N. S. — A Cultura Algodoeira na Economia do Norte de Moçambique

Em vez da designação de *concelho* emprega-se transitóriamente a de *circunscrição administrativa* para as áreas menos desenvolvidas, as quais ainda constituem a maioria.

Em 1961 os 4 distritos do Norte compreendiam 11 concelhos, 32 circunscrições e 90 postos administrativos, não incluindo neste número os 43 postos das sedes daqueles concelhos e circunscrições. As áreas destas divisões administrativas ainda não foram calculadas com rigor, havendo até casos em que não estão bem definidos os seus limites. Contudo foram feitas e publicadas estimativas oficiais aceitáveis, que, juntamente com os números resultantes dos censos populacionais de 1940 e 1960, se reproduzem no quadro xxix.

A taxa do crescimento populacional indígena tem sido boa, um pouco superior a 10 % em cada período de dez anos. De 1930 a 1940 esta taxa foi de cerca de 20 %, segundo as estatísticas oficiais. Porém, há a considerar o facto de o censo de 1930 ter sido muito imperfeito, sendo de admitir que a população existente fosse bastante superior à recenseada, sobretudo no distrito do Niassa.

De harmonia com os resultados dos últimos quatro censos, havia no Norte de Moçambique a seguinte população indígena:

1930	2 427 670
1940	2 915 435
1950	3 218 594
1960	3 596 734

2. — SOLO E CLIMA.

Dada a grande extensão do Norte de Moçambique, com cerca de quatro vezes a área da metrópole, tem naturalmente solos e climas vários, que ainda não foram convenientemente estudados em pormenor. No entanto, para efeitos da cultura algodoeira, pode considerar-se a área sob estudo dividida em três zonas:

- a) *Zona baixa*: abrangendo toda a faixa do litoral, desde a foz do rio Rovuma até à do Zambeze, com largura muito variável e que se prolonga pelos vales dos grandes rios, especialmente do rio Zambeze. Em toda esta zona o clima é nitidamente tropical, quente e húmido, bom para o algodoeiro. Porém, os terrenos são predominantemente arenosos, fracos, embora com manchas notáveis

de terrenos férteis. Quase toda esta zona é imprópria para a cultura algodoeira, mesmo nos terrenos férteis, porque a falta de rápido escoamento para a água das chuvas torna os terrenos excessivamente húmidos durante muitos dias seguidos, de modo a não permitir o normal desenvolvimento da planta. Todavia, há nesta zona uma pequena área muito boa para o algodoeiro: é o vale do baixo Chire, constituído por fertilíssimos terrenos de aluvião;

- b) *Zona média*: de altitudes que vão dos 100 m aos 650 m aproximadamente, abrangendo a grande maioria dos terrenos do Norte de Moçambique. Os terrenos são predominantemente argiloarenosos, de fertilidade média. O clima é quente e medianamente húmido, fracas amplitudes térmicas diárias e chuvas normalmente regulares. Esta zona é quase toda boa para a cultura algodoeira;
- c) *Zona alta*: acima dos 650 m, com grande descontinuidade. Abrange as regiões montanhosas de Milange, Tacuane, Gurué, Malema, Vila Cabral, Maniamba, etc. Os terrenos são predominantemente argilosos. A temperatura apresenta grandes amplitudes térmicas diárias. Na estação fresca a temperatura chega a baixar a 3º em certos pontos e na estação quente sobe a 35º. O algodoeiro não se dá nesta zona porque, entre outras causas, o frio costuma aparecer na época da floração, não permitindo uma normal frutificação. É claro que, dentro de cada uma destas zonas, há pequenas áreas que contrariam as ideias gerais aqui expostas. E não admira que isso suceda, não só pela grande extensão das zonas consideradas, mas também porque as condições ecológicas propícias à cultura algodoeira são consequência de numerosos factores muito variáveis, mesmo de um para outro local próximo.

3. — AGRICULTURA E PECUÁRIA.

a) *De indígenas.*

O Norte de Moçambique é uma região essencialmente agrícola. O valor de todas as restantes actividades económicas é bem pequeno quando comparado com o da agricultura.

Os indígenas agricultores de conta própria fazem culturas alimentares e de rendimento. Entre as culturas alimentares figura em primeiro lugar a da mandioca, que é a base da alimentação de mais de 70 % da população. Nalgumas áreas a base da alimentação é o milho grosso, ou a mapira, ou o arroz.

Áreas há, embora poucas e pequenas, em que a alimentação é mais variada, baseando-se simultaneamente em dois ou mais daqueles quatro produtos, sem desproporcionado predomínio de um deles.

Considerando a importância pelas áreas cultivadas anualmente e pelas quantidades colhidas, os principais produtos da agricultura indígena são, por ordem decrescente, mandioca, algodão, milho, amendoim, mapira, feijão e arroz.

Os indígenas dedicam-se também, mas em menor escala, à produção de mexocira, batata, cebola, tabaco escuro, gergelim, ricino, batata doce, ananás, abóbora, alho e outros produtos sem importância digna de nota. Entre os produtos provenientes de árvores salientam-se, pelo seu grande valor económico, muito acima de quaisquer outros, a castanha de caju e a copra. Também são importantes, pela grande produção e consumo generalizado, os frutos das bananeiras, papaias, mangueiras, laranjeiras, tangerineiras, goiabeiras e ateiras. Com menor generalização, existem limoeiros, cafêzeiros, abacateiros e vários outros arbustos e árvores cujos frutos são aproveitados na alimentação indígena.

Os indígenas fazem as suas culturas em regime familiar, embora já venham sendo cada vez mais numerosos os casos de indígenas em mais avançado grau de evolução que utilizam trabalhadores assalariados.

A pecuária dos indígenas resume-se à criação de galináceos, caprinos, suínos e ovinos para sua própria alimentação, embora vendam uma pequena parte a outros indígenas e a civilizados. A criação de gado bovino já vai entrando nos hábitos de alguns (poucos) indígenas, sobretudo em Mogovolas e nas regiões altas do Niassa.

b) *De europeus e equiparados.*

A agricultura de europeus e equiparados, quer individualmente, quer em sociedades pequenas, médias e grandes, constitui um forte sustentáculo da economia do Norte de Moçambique. Pelo grande valor das suas produções, sobressaem as seguintes empresas, que,

conquanto tenham outras actividades, se dedicam especialmente a açúcar, chá, copra, sisal e caju:

Sena Sugar Estates, Ltd. (açúcar);
Companhia da Zambézia (chá, aleurites e copra);
Companhia do Boror (copra e sisal);
Sociedade Agrícola do Madal (copra e chá);
Companhia Agrícola e Comercial João Ferreira dos Santos (sisal, copra e caju);
Companhia Colonial de Angoche (sisal).

Há várias outras empresas grandes e médias que se dedicam às mesmas culturas.

De um modo geral, pode dizer-se que o chá é cultivado no Gurué, Milange e Tacuane (Lugela); a cana-de-açúcar, no Luabo e Mopeia; o coqueiro, em toda a zona do litoral, mormente desde o Chinde até Moma; o cajueiro, também na zona do litoral, mas um pouco mais para o interior do que o coqueiro, e principalmente de Moma para o norte. As plantações de sisal estão espalhadas por uma vasta região, que vai desde o litoral até cerca de 200 km para o interior, nos três distritos da Zambézia, Moçambique e Cabo Delgado.

O tabaco é cultivado, por empresas médias e pequenas, em Malema, Vila Cabral, Mandimba (Amaramba), Iapala (Ribaué), Nauela (Alto Molocué) e Nipiodi (Ile), sendo o núcleo de Malema o mais importante de todos.

Considerando o seu valor económico, as culturas mais importantes a que se dedicam os europeus e equiparados são, por ordem decrescente, as do chá, sisal, coqueiro, cana-de-açúcar, cajueiro e tabaco. Outras culturas de menor importância, mas, ainda assim, dignas de nota, são as aleurites, no Gurué, Milange e Tacuane, e as novas mas prometedoras plantações de café, principalmente em Nauela.

No respeitante à pecuária, a criação de gado bovino já representa um apreciável valor económico no distrito da Zambézia, onde existem mais de 60 000 cabeças. Nos distritos de Moçambique e Cabo Delgado os bovinos (cerca de 11 000) ainda nem sequer chegam para as necessidades normais da alimentação dos europeus que lá residem. A criação de bovinos no distrito do Niassa começou a tomar alento e já conta com cerca de 4000 cabeças. Os europeus e equiparados não têm qualquer outra actividade pecuária digna de menção.

c) Algodão.

A cultura algodoeira feita pelos indígenas é muito importante e quase só a ela se dedicam os cinco capítulos seguintes.

O Estado (I. A. M.) e as empresas concessionárias têm cultura algodoeira em pequena escala, só experimentalmente, ou para obtenção de sementes seleccionadas, com o objectivo de melhorar a cultura dos indígenas.

A produção algodoeira dos agricultores europeus e equiparados tem sido muito pequena, quase nula durante bastantes anos. Contudo, a partir de 1957 tem-se notado um certo interesse pelo algodão.

Em 1961 já estavam inscritos em todo o Norte de Moçambique mais de 50 agricultores europeus e equiparados, oficialmente designados por *agricultores autónomos*. A maior parte destes residem na Zambézia, principalmente no posto de Mugeba (concelho de Mocuba), onde há 15.

Em 1961 a concessionária Monteiro & Giro, L.^{da}, comprou 458 t de algodão-caroto, pelas quais pagou 1733 contos a 23 agricultores autónomos. Aquela concessionária (segundo informações suas) pagou os seguintes preços médios por quilo de algodão-caroto: 2\$93 em 1958; 3\$09 em 1959; 2\$75 em 1960; e 3\$78 em 1961.

No mesmo ano a concessionária C. A. C. Lopes & Irmãos comprou apenas 3 t, pelas quais pagou 10 contos a 5 agricultores, sendo o preço médio de 3\$18 por quilo de algodão-caroto.

Das restantes concessionárias, umas também compraram pouco, outras nada compraram.

4. — INDÚSTRIA.

a) Diversas.

As principais indústrias existentes são as chamadas *indústrias agrícolas*, entre as quais se destacam, além da do descaroçamento de algodão, as seguintes¹: 15 fábricas de chá, todas na Zambézia; 18 fábricas de desfibramento de sisal, sendo 4 na Zambézia, 8 no distrito de Moçambique e 6 no de Cabo Delgado; 9 fábricas e oficinas de descasque de arroz, das quais estão 3 no distrito da Zambézia,

¹ E. I. M., 1960.

5 no de Moçambique e 1 no de Cabo Delgado; 1 fábrica de açúcar na Zambézia (Luabo) e 1 fábrica de beneficiamento de tabaco em Malema (distrito de Moçambique).

Está em montagem uma fábrica de descasque de castanha de caju em António Enes.

A indústria dos transportes é também muito importante.

Pertencem ao Estado os caminhos de ferro, as carreiras aéreas e a maior parte das carreiras de camionagem. Mesmo assim, ainda há umas centenas de pessoas que trabalham na camionagem particular. Os transportes marítimos de porto para porto são feitos por empresas que não pertencem ao Norte de Moçambique. Os transportes particulares dentro dos portos têm relativamente pequena importância.

A indústria mineira compreende 20 concessões para extracção de ouro de filão, berilo, columbite, bismutite, mica e caulino. O valor total da produção mineira em 1960 andou pelos 70 000 contos, sendo cerca de 54 000 da Zambézia e o restante do distrito de Moçambique¹.

Em 31 de Dezembro de 1960 havia 24 salinas em actividade, cuja produção desse ano teve o valor de cerca de 19 000 contos¹.

A indústria de moagem de cereais e mandioca contava¹ em 31 de Dezembro de 1960 com 50 pequenas fábricas em actividade, sendo 33 no distrito da Zambézia, 9 no de Moçambique, 3 no de Cabo Delgado e 5 no do Niassa. Quase toda a produção se destina ao consumo interno.

Muita gente se emprega na progressiva indústria da construção civil e nas que desta dependem, como as do fabrico de tijolos e cal, exploração de pedreiras, saibreiras e de arcia.

Em Nacala está em construção uma grande fábrica de cimento.

Há 18 serrações de madeira, sendo 6 no distrito da Zambézia, 9 no de Moçambique e 3 no de Cabo Delgado. O valor da sua produção em 1960¹ foi de 16 498 contos.

A indústria da panificação conta com 39 unidades, estando 15 no distrito da Zambézia, 17 no de Moçambique, 5 no de Cabo Delgado e 2 no do Niassa. Em 1960¹ produziu 2854 t de pão, no valor de 20 741 contos, e nela trabalharam 536 pessoas.

Uma fábrica de óleos vegetais, as indústrias eléctricas e de pesca, uma fábrica de cigarros na cidade de Moçambique e várias outras indústrias de menor importância, como as de pastelaria, salsicharia,

¹ E. I. M., 1960.

bebidas não alcoólicas, gelo, cerâmica, fabrico de sabões e detergentes, moagem de café, tipografia e encadernação, fabrico de tintas e colas, carpintaria, etc., completam o actual quadro industrial do Norte de Moçambique.

b) Descaroçamento do algodão.

Há 10 fábricas de descaroçamento e prensagem de algodão situadas em:

Mopeia, da Sena Sugar Estates;
Megaza (circunscrição de Morrumbala), pertencente à C. A. C. Lopes & Irmãos;
Mocubela (circunscrição de Maganja da Costa), de Monteiro & Giro, L.^{da};
Nova Freixo (Amaramba), da Soc. Algodoeira do Niassa — SAN;
Mutuáli (Malema), da SAN;
Nampula, da Companhia dos Algodões de Moçambique — CAM;
Namialo (Meconta), da CAM;
Namapa, da CAM;
Geba (Memba), da C. A. C. J. Ferreira dos Santos;
Montepuez, da SAGAL.

E há 9 oficinas de descaroçamento e prensagem em:

Esposende (Macondes), da Sociedade Agrícola Algodoeira — SAGAL;
Mahate (Quissanga), da SAGAL;
Alua (Erati), da CAM;
Sauga-sauga (Mossuril), da C. A. C. J. Ferreira dos Santos;
Ribaué, da CAM;
Chalaua, da CAM;
Alto Molocué, da CAM;
Nampevo, da CAM;
Mualama, da CAM.

Os maquinismos principais destas unidades fabris e o material de transporte que lhes estava adstrito, em 1960¹, eram os seguintes, por distritos:

QUADRO XXX

	Zambézia	Moçambique	Cabo Delgado	Niasa
Fábricas e oficinas	6	9	3	1
Descaroçadores	16	22	8	3
Desinfestadores	3	2	—	—
Limpadores	8	1	8	1
Prensas hidráulicas	6	9	3	1
Automóveis e motocicletas	16	24	9	—
Tractores	11	1	—	—
Camións e camionetas de carga	283	66	107	10
Camións e camionetas de passageiros	48	34	24	2

Os veículos aqui mencionados também eram utilizados nas actividades de assistência agrícola aos indígenas e outras que as empresas industriais tinham na sua qualidade de concessionárias algodoeiras.

Estas 10 fábricas e 9 oficinas de descaroçamento e prensagem tinham¹, em 31 de Dezembro de 1960, em conjunto, uma capacidade de laboração diária de 121 t de algodão-carão. Empregavam 3846 pessoas, das quais 263 eram empregados administrativos e técnicos.

As empresas, em 1960, pagaram 15 802 contos de remuneração ao pessoal administrativo e técnico e 8607 contos de salários ao pessoal operário (3583 indivíduos).

Aquelas fábricas e oficinas produziram, em 1960, 33 294 t de algodão em rama e 63 539 t de sementes.

c) *Extracção de óleo de algodão.*

No Monapo há uma fábrica de óleos vegetais que é, de entre todas as existentes na província, a que consome maiores quantidades de semente de algodoeiro. Pertence à Companhia Industrial Portuguesa e também utiliza como matéria-prima o amendoim e a copra. A sua capacidade normal de laboração de semente de algodão é de 27 000 t por ano.

¹ E. I. M., 1960.

Segundo informação da Companhia, esta comprou as seguintes sementes de algodão nos últimos anos:

QUADRO XXXI

	1959	1960	1961
Semente comprada (toneladas)	19 100	32 460	28 687
Pago aos vendedores (contos)	6 057	10 748	11 115
Custo dos fretes (contos)	6 808	9 719	3 613

E teve as seguintes produções, além das provenientes do amendoim e copra:

QUADRO XXXII

	1959	1960	1961
Óleo refinado de algodão { toneladas ..	1 540	2 861	2 655
contos ..	17 422	32 362	30 028
Bagaço de algodão { toneladas	7 435	12 706	13 140
contos	5 948	10 165	10 512
Soapstock de algodão { toneladas ..	282	1 100	1 202
contos	70	275	300
Ácidos gordos de algodão { toneladas ..	178	22	96
contos ..	828	104	446
Fibrilha { toneladas	538	664	578
contos	2 153	2 657	2 312
Valor total desta produção (contos)	26 422	45 565	43 599

Os valores foram calculados pelos preços de venda à porta da fábrica.

5. — COMÉRCIO.

O comércio entre indígenas é pouco intenso, até porque, durante anos, foi oficialmente contrariada a profissão de comerciante indígena, mesmo ambulante. Por regra, os indígenas só vendem os artigos da sua própria produção agrícola, pecuária ou industrial. É pouco frequente comprarem com a intenção de obterem lucros.

Os estabelecimentos comerciais, quase todos pertencentes a europeus, asiáticos e seus descendentes, encontram-se espalhados por todos

Por se ter verificado falta de rentabilidade, não se faz cultura algodoeira na zona de Maniamba, como não se faz nalguns postos administrativos de algumas das outras zonas algodoeiras.

A área do posto administrativo de Nauela, da circunscrição do Alto Molocué, é zona livre, mas nela cultiva-se algodão que costuma ser comprado pela Companhia dos Algodões de Moçambique.

Para fazer propaganda, orientar, fiscalizar e prestar assistência técnica agrícola aos indígenas destas 49 zonas, tinham as empresas concessionárias 185 empregados europeus e equiparados, cuja discriminação consta do quadro XXXIII:

QUADRO XXXIII

Pessoal (europeus e equiparados) das empresas concessionárias do Norte de Moçambique que trabalhava na cultura algodoeira em 1961

Fonte: Apontamentos do intendente Pinheiro Rocha

Designação abreviada das empresas concessionárias	Engenheiros agrónomos	Regentes agrícolas	Chefes de secção	Chefes de zona	Agentes de propaganda	Soma por empresas
Monteiro & Giro.....	1	1	—	—	15	17
Sena Sugar.....	—	1	—	1	6	8
Lopes & Irmãos.....	1	1	1	—	13	16
C. A. M.	3	7	6	3	46	65
S. A. N.	2	2	—	3	16	23
S. A. G. A. L.	1	—	—	5(a)	31	37
Ferreira dos Santos.....	1	2	1	—	15	19
Soma do Norte de Moçambique	9	14	8	12	142	185
Total da provincia de Moçambique	14	17	14	12	197	254

(a) Inclui 1 adjunto de zona e 1 práctico agrícola.

3. — UMA CAMPANHA ANUAL ALGODOEIRA VISTA POR UM ADMINISTRADOR DE CIRCUNSCRIÇÃO.

Antes da publicação do Decreto n.º 43 639, de 2 de Maio de 1961, atrás citado, os administradores de concelho ou de circunscrição e os chefes dos postos administrativos tomavam parte activa e de relevante importância nas campanhas algodoeiras. Pode mesmo dizer-se que a produção era notoriamente influenciada pela acção daquelas

autoridades. Isso aconteceu principalmente nos primeiros anos da propaganda e intensificação da cultura, quando os indígenas ainda não estavam habituados a tal trabalho.

Uma campanha anual algodoeira era uma tarefa árdua e, por vezes, ingrata, que exigia o concurso dos funcionários da J. E. A., autoridades administrativas, empregados da empresa concessionária, autoridades gentílicas e produtores, durante quase todo o ano, numa série de operações, que se podem resumir em:

- 1.º Escolha dos terrenos e actualização do cadastro dos produtores;
- 2.º Derruba de arvoredos, destronca e marcação das machambas;
- 3.º Cava de preparação do terreno;
- 4.º Distribuição das sementes;
- 5.º Abertura de covachos para as sementes;
- 6.º Sementeira e ressementeira;
- 7.º Desbaste;
- 8.º Primeira monda ou primeira capinação;
- 9.º Mondas ulteriores;
- 10.º Colheita, secagem e escolha do algodão;
- 11.º Limpeza das estradas e picadas de ligação aos mercados;
- 12.º Reparação e construção de armazéns para os mercados;
- 13.º Realização dos mercados;
- 14.º Arranque e queima dos algodoeiros.

Uma campanha não se processava igualmente em todos os postos administrativos, nem no mesmo posto através dos anos. Os pormenores da acção dependiam um pouco do critério do chefe do posto e dos propagandistas. Além disso, a época mais própria para as sementeiras e restantes trabalhos não é a mesma em toda a parte. Contudo, pode dizer-se que, geralmente por Agosto e Setembro, os agentes de campo das empresas concessionárias, acompanhados por regedores, chefes de grupo ou chefes de povoação, calcorreavam quilómetros e quilómetros a pé, à procura de novos terrenos que considerassem bons para substituir os terrenos já cansados. Dado que, na maior parte dos casos, ao fim de quatro ou cinco anos de cultura algodoeira os terrenos já não produzem quantidade satisfatória, todos os anos era preciso escolher alguns terrenos novos. Simultaneamente ia sendo feita a actualização do cadastro dos produtores.

Escolhidos os terrenos pelos empregados de campo ou propagandistas, requeria-se a presença de um técnico que confirmasse a escolha. Algumas vezes aparecia um técnico da J. E. A., mas, como estes eram pouquíssimos para as necessidades, era mais frequente o terreno ser visto por um técnico da empresa concessionária. Outras vezes não aparecia técnico nenhum e o terreno considerava-se escolhido pelos propagandistas, a não ser que as autoridades gentílicas ou os produtores interessados não estivessem de acordo com a escolha. Neste caso, era feita reclamação à autoridade administrativa, que, se não conseguisse a presença de um técnico, tinha de decidir como melhor entendesse, em face dos argumentos apresentados pelos interessados e servindo-se dos conhecimentos práticos adquiridos. As razões do desacordo podiam até não ter nada que ver com a qualidade do terreno, mas fundamentar-se numa excessiva distância às casas de quem o havia de cultivar, ou num excesso de arborização, cuja derruba exigiria enorme esforço, ou no facto de o terreno pertencer a outra povoação, ou ainda nos maus prognósticos de um feiticeiro, etc.

Decidida a escolha, havia que proceder à derruba, trabalho árduo e moroso, que quase todos os indígenas detestavam, pelo esforço que nele tinham de despender durante muitos dias. E, porque, em regra, eles não sentiam necessidade económica de o fazer, frequentemente se tornava imperiosa a intervenção das autoridades, com seus insistentes concelhos paternais.

A fim de evitar estes e outros inconvenientes das frequentes mudanças de terrenos e sua dispersão, começaram a fazer-se, há cerca de quinze anos, as concentrações algodoeiras, sob orientação dos técnicos que estudaram pormenorizadamente esta modalidade. O critério seguido não era igual em toda a parte, mas todas as concentrações deviam obedecer ao princípio genérico de terem, para cada produtor, os tractos de terreno necessários para a cultura algodoeira ser feita em rotação com culturas alimentares (mandioca, milho, mapira, mexoeira, etc.), contando com os poisios indispensáveis, e ainda terreno para a casa e animais domésticos. Variadas árvores de fruto, ananaseiros e outros arbustos úteis eram plantados quase sempre nas divisórias dos tractos de terreno. Quando possível, abriam-se poços para abastecimento de água potável.

As concentrações têm grandes vantagens económicas para os produtores e facilitam a propaganda, orientação e fiscalização da cultura algodoeira. Mas também tiveram inconvenientes, pois isto, que parecia muito fácil, muitas vezes dava enorme trabalho às auto-

ridades administrativas e gentílicas, em consequência de forte oposição por parte de muitos produtores. Uns não queriam maçadas; outros não queriam mudar das suas povoações, pelos mais diversos motivos, incluindo os prognósticos do feiticeiro e várias superstições.

Devido às dificuldades de vencer esta oposição, as concentrações ainda não tiveram a expansão que seria lógico esperar.

A derruba era feita, por processos primitivos, pelos indígenas a quem se destinava o novo terreno. Antes da derruba, se havia muito capim, faziam uma queimada geral. Com uma pequena enxada, conhecida por *enxada cafreal*, cortavam rente ao solo os arbustos e as árvores muito pequenas. Depois, utilizando um pequeno machado cafreal ou machadinho, cortavam as árvores pelo tronco a cerca de 80 cm do solo. Os ramos maiores eram também cortados de modo a poderem ser removidos a pequenas distâncias, para formarem montes de lenha, que era queimada no local da derruba, logo que esta terminasse. Só uma pequena parte daquela lenha era utilizada no consumo doméstico.

Concluída a derruba com a queima das árvores e arbustos, começava a destronca, trabalho este que nunca era concluído no primeiro ano e, por vezes, nem no segundo e terceiro. Na realidade, para retirar ou destruir um grande tronco de árvore, gastava-se muito tempo e o resultado material nem sempre era compensador.

Logo que o campo algodoeiro estivesse livre de árvores, arbustos e capim, ia lá o empregado da empresa concessionária, designado também por *agente de campo* ou *propagandista*, a fim de marcar as machambas ou tractos de terreno que cada indígena devia cultivar. A marcação era feita com estacas de madeira ou pequenos paus. As medidas eram feitas com grandes cordas de 30 m, 35 m, 40 m, 45 m, 50 m, 60 m, 70 m, 90 m, 100 m, ou 123 m de comprimento, conforme as áreas das machambas que se queriam marcar. Salvo casos excepcionais, as machambas tinham a configuração dum quadrado, cujos lados eram marcados com uma daquelas cordas. Entre as machambas ou grupos de machambas ficavam caminhos de 1 m a 2 m de largura.

As áreas das machambas atribuídas ou aconselhadas a cada indígena não eram iguais em todos os distritos do Norte, havendo mesmo diferenças dentro do mesmo distrito. Aquelas áreas também variaram muito com o decorrer dos anos, segundo os critérios mandados adoptar pelos governadores gerais e governadores dos distritos.

Como exemplo interessante cita-se o critério mandado adoptar pelo governo da extinta província do Niassa em O. S. n.º 9, de 30

de Setembro de 1947, criando escalões de produtores de algodão e estabelecendo as seguintes áreas de cultura algodoeira para cada um deles:

Homens válidos

- 1.º escalão (dos 18 aos 30 anos) — machamba de 110 m × 110 m
- 2.º escalão (dos 31 aos 45 anos) — machamba de 90 m × 90 m
- 3.º escalão (dos 46 aos 55 anos) — machamba de 60 m × 60 m
- 4.º escalão (mais de 55 anos) — machamba de 40 m × 40 m

Mulheres válidas

- 1.º escalão (dos 18 aos 35 anos) — machamba de 45 m × 45 m
- 2.º escalão (dos 36 aos 50 anos) — machamba de 35 m × 35 m

Além destas, também eram marcadas machambas de culturas alimentares com as seguintes áreas:

Homens:

- 1.º escalão — 1 1/4 ha.
- 2.º escalão — 1 ha.
- 3.º escalão — 3/4 ha.
- 4.º escalão — 3/4 ha.

Mulheres:

- 1.º escalão — 3/4 ha.
- 2.º escalão — 1/2 ha.

Eram considerados agricultores de algodão os homens do 1.º, 2.º e 3.º escalão. Os outros homens e as mulheres eram considerados cultivadores de algodão.

Havia ainda outros cultivadores, os isentos, isto é, homens até aos 60 anos que, sendo isentos do imposto indígena por incapacidade física, fossem considerados pelo delegado de saúde aptos para trabalho rural não intensivo, de conta própria.

A estes eram marcadas machambas de algodão com 40 m × 40 m e de produtos alimentares de 1/2 ha.

A primeira mulher de cada indígena, que podia ser a única, não era marcada machamba, mas ela ajudava o marido e, eventualmente, fazia mais culturas alimentares.

O critério mais frequentemente seguido era o constante das *Bases para a Campanha Algodoeira*, elaboradas pela J. E. A. e aprovadas pelo Governo-Geral em 1948.

Segundo estas *Bases*, denominava-se *agricultor de algodão* o homem válido, dos 18 aos 55 anos de idade, que cultivasse algodão em 1 ha de terreno, acrescido de 1/2 ha por cada mulher válida que tivesse além da primeira e, pelo menos, igual área de culturas alimentares.

As mulheres válidas solteiras, viúvas e divorciadas dos 18 aos 45 anos de idade e os varões dos 56 aos 60 anos de idade seriam considerados *cultivadores de algodão* se mantivessem em cultura algodoeira 1/2 ha de terreno e igual área com cultura alimentar.

Este critério, embora insistentemente recomendado, nunca foi rigorosamente cumprido em qualquer parte, a não ser por excepção. Raros eram os indígenas que cultivavam totalmente as áreas recomendadas. Em contrapartida, pequenas áreas eram cultivadas com algodão por muitos rapazes e raparigas com menos de 18 anos e por milhares de mulheres casadas cujos maridos trabalhavam por conta de outrem. Isto aconteceu principalmente na Zambézia.

Até alguns velhos faziam, de sua própria iniciativa, pequenas lavras de algodão. Também era frequente encontrarem-se machambas comuns feitas por alunos das escolas rudimentares das missões religiosas.

Concluída a marcação, cada indígena tinha de ultimar a preparação de terreno com a sua enxada. Em terrenos de certo declive faziam, por vezes, faixas de contorno e o terreno era armado em camalhão, segundo curvas de nível. Nos camalhões utilizava-se o capim para aproveitar a matéria orgânica.

Depois havia que abrir os covachos para neles serem lançadas as sementes. As distâncias entre linhas e os compassos deviam obedecer às medidas dadas pelos propagandistas. Entretanto o concessionário fazia a distribuição de sementes.

Nas primeiras chuvas da época das sementeiras os produtores tinham de semear, colocando à mão 6 a 12 sementes por covacho. Este número, variável com os terrenos, era indicado pelos técnicos da concessionária.

Se as sementes não germinavam bem, por insuficiência de chuva ou outro motivo, havia que proceder à ressementeira. As épocas das

sementeiras e ressementeiras eram fixadas pela J. E. A. para cada região. No Norte de Moçambique os limites mínimo e máximo eram os dias 1 de Novembro e 31 de Janeiro.

É inconveniente que em cada covacho fiquem mais de duas plantas. Por isso, quando estas tivessem cerca de um palmo de altura, era preciso proceder ao desbaste. Ao mesmo tempo convinha fazer a primeira sacha ou monda.

Como da germinação à floração medeiam quase dois meses, tempo suficiente para o capim e outras plantas indesejáveis se desenvolverem por duas ou três vezes, era preciso fazer uma segunda monda ou mesmo terceira.

Começada a floração, não há mais mondas. Era um período de relativo descanso. Mas, cerca de dois meses depois, começavam a aparecer as primeiras cápsulas abertas. E tinha de iniciar-se a colheita.

Antes, porém, tinham de ser vigiados os campos e as plantas, por causa das pragas do algodoeiro, que muitas vezes apareciam, e era preciso lutar contra elas, fazendo o pouco possível. Como os insecticidas não estavam ao alcance dos indígenas, estes limitavam-se a matar as lagartas à mão e a comunicar o facto aos propagandistas e autoridades.

Neste período de relativo descanso também era preciso fazer ou preparar os cestos ou outros recipientes de colheita e as tarimbas de secagem e limpeza do algodão.

A colheita era feita à mão, por homens, mulheres e crianças, preferentemente nas manhãs bonitas.

O algodão colhido nos dias chuvosos ou somente enevoados ficava prejudicado com humidade excessiva.

Os mais cuidadosos iam fazendo a separação do algodão, em primeira e segunda qualidades, à medida que o iam colhendo.

Depois de colhido, o algodão era espalhado nos estrados ou tarimbas de secagem. Devia ser removido diariamente e cobrir-se durante a noite, por causa da humidade.

Deviam aproveitar-se os três a cinco dias em que o algodão estava nestes secadores para o limpar de algumas impurezas e escolhê-lo de modo a ficar melhor separado em primeira e segunda qualidades.

Entretanto ia-se aproximando a época dos mercados. Era indispensável reparar os armazéns existentes, ou construir novos. As estradas não classificadas e as picadas tinham de ser limpas e as pequenas pontes de madeira reparadas ou reconstruídas para poderem

passar os camiões e outros veículos de transporte do pessoal. Limpavam-se os caminhos que conduziam aos mercados.

A falta de verbas apropriadas para estas vias de comunicação, eram estes trabalhos feitos à custa da contribuição braçal indígena, com algum auxílio da empresa concessionária.

Nos dias dos mercados, e já nas vésperas, enchiam-se os caminhos de homens, mulheres e crianças, transportando o algodão à cabeça, em sacos, esteiras, cangarras, quissapos ou cestos de vários tamanhos e feitos.

Os mercados costumavam ter um ambiente festivo. Toda a gente das redondezas ali comparecia. Uns iam vender o seu algodão. Outros vendiam peixe seco, carne seca, diversas frutas, mandioca em pau, maçarocas de milho, farinha, doces, etc.

O algodão era pesado, armazenado e imediatamente pago, estando sempre presente o funcionário administrativo, que presidia ao mercado, fiscalizava pesagens, contas e pagamentos e atendia as reclamações que lhe apresentassem.

Por regra faziam-se primeiros e segundos mercados. Em casos excepcionais havia terceiros mercados nos mesmos locais.

Depois tinham de ser arrancados e queimados todos os algodoeiros, até uma data limite, fixada para cada região pela J. E. A. Quase sempre era num dia de 31 de Julho a 31 de Agosto.

Estava terminada a campanha. Ia começar outra.

Novamente o empregado de campo da concessionária pedia ao chefe de posto ou administrador que recomendasse às autoridades gentílicas a melhor atenção para a escolha de novos terrenos. Avisavam-se os regedores, chefes de grupo e chefes de povoação, e lá tinham eles de falar com os produtores indígenas, ir ver as terras que supunham mais convenientes e acompanhar os propagandistas quando estes iam proceder à escolha. Dias depois tinham de acompanhar aos mesmos locais os técnicos da J. E. A. ou da concessionária. Se houvesse questão ou simples desacordo, tinham de ir comunicar o facto à autoridade de que dependessem. Regressados às suas terras, davam ordens para os interessados comparecerem no dia e local designados pela autoridade administrativa, a fim de esta tentar resolver a questão.

A seguir vinham as derrubas, destroncas, marcação de machambas, armação de terreno, sementeiras, etc. E para todas as operações agrícolas era sempre solicitada a intervenção do administrador e do chefe do posto, que davam ordens, recomendações e conselhos às

autoridades gentílicas, para que estas, por sua vez, transmitissem aos produtores indígenas essas mesmas ordens, recomendações e conselhos, tendentes à boa execução, no tempo devido, de todos os trabalhos culturais.

Os propagandistas andavam no campo, ensinando, aconselhando, vigiando e estimulando os produtores, não só quanto à cultura algodoeira, como também quanto às culturas alimentares.

Por vezes aparecia o chefe de zona ou outro empregado superior da concessionária, ou um técnico da J. E. A., para fiscalizarem e ensinarem. Uns e outros tinham quase sempre de ser acompanhados pelas autoridades gentílicas, porque, sem a presença destas, era muito provável que os produtores não comparecessem para receber as instruções julgadas necessárias.

Para obter uma boa colheita é indispensável que as operações culturais sejam feitas na época própria e bem executadas. Mas os indígenas, umas vezes por desleixo, outras vezes por várias outras razões, raramente procediam de harmonia com as recomendações que lhes eram feitas.

Por exemplo, acontecia com frequência o indígena:

- a) Abandonar o terreno que lhe tinha sido indicado, para fazer a machamba noutra local;
- b) Semear tardiamente ou marcar compassos maiores para, com menos plantas, ter menos trabalho;
- c) Cultivar áreas menores do que as marcadas;
- d) Fazer o desbaste incompleta ou tardiamente;
- e) Não fazer as mondas, ou fazê-las tardia e incompletamente;
- f) Não fazer a colheita oportunamente;
- g) Colher e escolher mal o algodão;
- h) Não fazer o arranque e queima dentro do prazo marcado;
- i) Reduzir ou mesmo não fazer as culturas de rotação, etc.

É claro que os agentes de campo ou propagandistas, que não tinham só a obrigação de ensinar, mas também a de vigiar, se viam na necessidade de estar constantemente a chamar a atenção dos produtores e das autoridades gentílicas para aquelas numerosas faltas. E, como estas muitas vezes já não eram supriáveis, ou corriam sério risco de não serem supridas, os propagandistas comunicavam o facto aos seus superiores e, simultaneamente, às autoridades administrativas, a quem solicitavam as providências possíveis, a fim de evitarem o

fracasso da campanha. E, em face das ordens superiores e dos pedidos da J. E. A., os administradores e chefes de posto tinham de intervir com a autoridade e o prestígio que lhes advinham dos seus cargos. Actuação antipática esta, mas que muitos faziam de bom grado, não só por dever de obediência à lei e às ordens superiores, como também por saberem que dela resultariam benefícios para os indígenas e para a economia local e geral — da província e da Nação.

Infelizmente, a intervenção de cada autoridade administrativa era solicitada dezenas, se não mesmo centenas de vezes por ano.

Todos estes trabalhos exigiam uma acção contínua, persistente, esgotante e ingrata: mal compreendida e mal interpretada por muitos dos que nela não tomavam parte.

E os produtores indígenas? Nos primeiros anos odiavam estas campanhas algodoeiras, por lhes exigirem um esforço que supunham desnecessário. Depois, alguns deles, os que obtinham melhores resultados, foram-se habituando e acabaram por compreender que valia a pena. Outros ainda hoje não gostam da cultura algodoeira, em certos casos com razão, como adiante se verá.

5. — EVOLUÇÃO DA CULTURA ALGODOEIRA.

Quando, há cerca de vinte e sete anos, começou a notar-se a propagação e intensificação da cultura algodoeira entre os indígenas do Norte de Moçambique, eram ali pouco e mal conhecidas as práticas culturais. Os indígenas, na sua grande maioria, não faziam a menor ideia do que fosse cultivar algodão. Os técnicos agrícolas eram quase inexistentes. Talvez meia dúzia de engenheiros agrónomos e uma dúzia de regentes agrícolas, espalhados por uma área de 378 000 km² (o quádruplo da metrópole), tinham a seu cargo toda a actividade dos Serviços de Agricultura do Estado naquela vastíssima região. Além de pouquíssimos, estes técnicos, exceptuados dois ou três casos, não eram especializados em cultura algodoeira. Faltava-lhes o «saber de experiência feito». Não havia investigação científica algodoeira, nem eles tinham tempo para a ela se dedicar.

O pessoal das empresas concessionárias não tinha os conhecimentos bastantes para orientar convenientemente os indígenas. Não se sabia bem qual era a melhor época para as sementeiras em cada região, como se ignorava quais as variedades mais apropriadas. Não havia estudos sobre terrenos e climas. Trabalhava-se um tanto às cegas,

As dezenas de milhares de contos pagos anualmente pelas concessionárias algodoeiras aos seus muitos empregados europeus ou equiparados e nativos, aos seus fornecedores e aos transportadores do algodão também constituíram importante contribuição para o desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria.

Resumindo, pode concluir-se que da cultura algodoeira do Norte de Moçambique beneficiaram especialmente:

- A economia nacional;
- A economia metropolitana e moçambicana;
- As indústrias têxteis algodoeiras da metrópole e de Moçambique;
- As indústrias de óleos da metrópole e de Moçambique;
- As concessionárias algodoeiras;
- O pessoal empregado naquelas indústrias, mormente o que trabalhou nas empresas concessionárias;
- Centenas de milhares de produtores nativos;
- O comércio.

A cultura algodoeira foi, de todas as actividades produtoras, industriais ou agrícolas, a que mais impulsionou o progresso económico do Norte de Moçambique.

d) Conclusões relativas às finanças provinciais, distritais e locais

A produção algodoeira facilitou a cobrança do imposto indígena e subsequente taxa pessoal anual e contribuiu volumosamente para o aumento das receitas da província, como as de direitos de exportação, taxas para a J. E. A., Fundo do Algodão e dos Subsídios Algodoeiros.

As finanças distritais também beneficiaram do aumento das receitas provinciais, por destas saírem os subsídios aos distritos.

As finanças municipais e das circunscrições receberam benefícios indirectos resultantes do acréscimo (em parte devido ao algodão) das receitas de:

- Taxa pessoal anual (20 % para os municípios);
- Contribuição braçal;
- Licenças de bicicletas.

2. — CONCLUSÕES DE ORDEM POLÍTICO-SOCIAL.

Os excessos de zelo em prol de uma abundante produção algodoeira, os abusos praticados por alguns empregados das concessionárias, e até por algumas autoridades administrativas, autoridades gentílicas, cipaios e outros auxiliares, e, principalmente, a *teimosia* das concessionárias, apoiada por alguns funcionários administrativos e da J. E. A., em quererem a continuação da cultura em locais impróprios, que já tinham revelado a sua incapacidade para uma produção rentável, *provocaram* muitos e justificados descontentamentos e perturbações no meio indígena, mormente nos primeiros anos.

Em contrapartida, a cultura algodoeira proporcionou uma sensível melhoria do nível social dos indígenas, pelo maior contacto com os elementos civilizados (europeus e equiparados) e pela construção e funcionamento de novas escolas primárias, escolas-capelas, cinema ambulante, etc. Além disto, contribuiu eficazmente para uma maior estabilidade da vida social e familiar, fixando os autóctones à terra, sobretudo nas concentrações agrícolas, e evitando que muitos homens tivessem de deixar, por longos meses, a mulher e os filhos para irem trabalhar por conta de outrem noutras terras, às vezes longínquas.

Deve-se ainda ao algodão:

- 1) A fixação de novas famílias europeias, pelo aumento da capacidade de emprego nas fábricas de descaroçamento, nas oficinas, nos transportes, na investigação científica, na assistência técnica e na propaganda algodoeira;
- 2) A formação de novos núcleos de civilização, constituídos pelas povoações nascidas junto das fábricas e pelas novas povoações comerciais;
- 3) Um melhor conhecimento mútuo, resultante das frequentes visitas às povoações indígenas e aos campos feitas pelos funcionários do Estado e pessoal das concessionárias.

3. — CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desde que, em Maio de 1961, foi publicado o Decreto n.º 43 639, conferindo plena liberdade aos autóctones para cultivarem ou não cultivarem o algodoeiro, tem-se notado uma tendência renovadora nas questões inerentes ao algodão.

As correntes de opinião são várias. Uns defendem a continuação do presente regime legal, com ligeiros aperfeiçoamentos, sobretudo nos pormenores de execução. Outros pretendem uma transformação radical, acabando com as concessões e passando o Instituto do Algodão a substituir a acção das concessionárias. Outros, ainda, querem que tudo se encaminhe rápida e imediatamente para a formação de cooperativas indígenas.

Ainda não se sabe qual será a solução adoptada em futuro próximo, como não se sabe qual será a melhor.

Há quem tema a repetição do que aconteceu à cultura algodoeira no Congo ex-Belga. Ali, com a extinção de um sistema legal semelhante ao nosso, a produção baixou de 60 000 t de algodão em rama em 1959 para 51 000 t em 1960 e para apenas 15 000 t em 1961. Em 1962 o Congo já está a importar algodão para as suas indústrias de fição e tecelagem.

Para interessar mais os produtores, os preços de compra do algodão-caroto em Moçambique foram substancialmente elevados. Porém, as empresas concessionárias dizem que estes novos preços lhes acarretam prejuízos inoportáveis, e quase todas pensam em cessar as suas actividades nos moldes actuais. A S. A. G. A. L. já pediu a desistência das suas concessões. O mesmo aconteceu com todas as concessionárias de Angola. Ali, a Cotonang decidiu enveredar pelo caminho da produção directa. No ano agrícola de 1961-62 esta empresa já cultivou por sua própria conta e risco 400 ha, com resultados satisfatórios; e projecta atingir brevemente uma área em cultura de 10 000 ha, com emprego de máquinas, excepto para a colheita. O investimento para esta cultura mecanizada está calculado em cerca de 50 000 contos. Mas vai-lhe nascer um novo problema: o da mão-de-obra para a colheita.

Em face do novo condicionalismo político-social das províncias ultramarinas, há necessidade de modificar o sistema legal, de modo que se não repitam os inconvenientes e se aproveitem todas as vantagens possíveis da cultura algodoeira.

E, segundo consta, este assunto está a ser estudado com a devida atenção pelas entidades oficiais competentes.

BIBLIOGRAFIA

- TEIXEIRA, A. J. da Silva & GRANDVAUX, L. A. — *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde*. J. E. A.
- MELO, J. M. de Sousa — *Ainda a propósito das Datas de Sementeira na Cultura do Algodão*. J. E. A.
- PEREIRA, Joaquim R. — *Algodão de Fibra Longa*. J. E. A.
- J. E. A. — *Alguns Anos de Actividade*. 1940.
- CARDEIRA, Armando Gil — *Alguns aspectos da indústria têxtil algodoeira em Angola*. Económica Lusitânia. 1959.
- Boletim Trimestral do B. N. U.*, n.º 44, de 1960, e outros.
- GEORGE, João da Fonseca — *Concentrações Algodoeiras*.
- BAILEY, Alton E. — *Cottonseed and Cottonseed Products*. J. E. A. — *Das Actividades Algodoeiras* (elementos estatísticos).
- CARVALHO, Mário de — *Experiência Algodoeira*. J. E. A.
- BEATRIZ, Manuel Guerreiro — *Importância Económica do Algodão na Agricultura de Moçambique*. J. E. A.
- MARCHAL, Lucien — *L'Or Blanc*.
- ALMEIDA, Leopoldino de & MATIAS, Jorge Ferreira — *Mercadorias*.
- RIBEIRO, E. de Queirós — *O Problema Algodoeiro Português*. J. E. A.
- Problemas da Economia Angolana*. Trabalhos do I Congresso dos Economistas Portugueses.
- ALMEIDA, E. Ferreira de — *Relatório do Governo do Distrito de Moçambique*. 1958.
- QUINTANILHA, A. — *Viagem de Estudo aos Estados Unidos e ao Canadá*. J. E. A.

PUBLICAÇÕES ESTATÍSTICAS CONSULTADAS

- Anuário Estatístico*, Moçambique, vários anos.
- Anuário Estatístico do Ultramar*, I. N. E., vários anos.
- Boletim Mensal do I. N. E.*, vários de 1961 e 1962.
- Comércio Externo*, I. N. E., vários anos.
- Comércio Externo*, Moçambique, vários anos.
- Estatística Agrícola*, Moçambique, vários anos.
- Estatística Industrial*, Moçambique, vários anos.